



Capítulo

5

Opções de ação

O ano de 2002 marca o início da quarta década desde que a comunidade internacional instituiu, em 1972, as bases de uma ação global coletiva para reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente. Um dos três pilares do desenvolvimento sustentável – o meio ambiente – encontra-se seriamente ameaçado devido às alterações sofridas pelas ações da população humana, que já chega a mais de 6 bilhões de habitantes. A importância do meio ambiente é freqüentemente menosprezada, apesar de seu incalculável valor para a sobrevivência e o desenvolvimento humanos. A ruína do pilar ambiental é bastante possível se não forem tomadas ações urgentes – locais e globais –, a fim de enfrentar os impactos humanos, cujas conseqüências são:

- aumento de poluentes na atmosfera;
- grandes áreas com recursos de solo devastadas;
- florestas degradadas e exauridas;
- biodiversidade ameaçada;
- recursos hídricos cada vez mais inadequados e de baixa qualidade; e
- recursos marinhos seriamente comprometidos.

O meio ambiente está cercado. A menos que sejam empreendidas mudanças a curto e a longo prazo, o desenvolvimento sustentável continuará sendo uma utopia – em um futuro distante e nebuloso. Necessita-se de um enfoque equilibrado em relação ao meio ambiente. Todos os três pilares – social, econômico e ambiental – são essenciais e mutuamente solidários. Desprezar qualquer um deles, o que geralmente é o caso do pilar ambiental, não apenas significa falta de visão, mas leva a uma política sem saída. A desintegração do pilar ambiental levará a um colapso dos outros pilares do desenvolvimento sustentável, mais carismáticos, aos quais os responsáveis pela definição de políticas em todo o mundo prestam atenção especial.

O futuro é agora

O mundo está dividido entre ricos e pobres, delimitados por quatro linhas principais que cada vez se distanciam mais. Essas linhas divisórias se tornam evidentes na avaliação do *GEO-3* e foram abordadas nas conclusões do Capítulo 2. São elas:

- a linha divisória ambiental;

- a linha divisória política;
- a diferença de vulnerabilidade; e
- a linha divisória do estilo de vida.

Essas quatro delimitações representam uma séria ameaça ao desenvolvimento sustentável. A avaliação ambiental dos capítulos anteriores demonstra que, apesar de uma maior consciência em relação ao meio ambiente, os esforços para conter sua deterioração têm obtido resultados bons e ruins. Há progressos notáveis e erros espetaculares. Durante as últimas três décadas, foram feitos vultosos investimentos de recursos humanos e financeiros para explorar o meio ambiente. Por outro lado, a pesquisa abriu novas fronteiras no que diz respeito ao entendimento humano acerca da complicada rede dos processos ecológicos.

Foram apresentadas políticas para enfrentar muitas das questões-chave. Em algumas áreas, como é o caso da eliminação de substâncias destruidoras de ozônio, metas foram estabelecidas e atingidas; porém o sucesso foi limitado em outras áreas, como, por exemplo, na adoção de metas mais rigorosas para reduzir as emissões humanas de gases de efeito estufa, incluídas no Protocolo de Quioto. Muitas outras iniciativas decisivas para promover a aproximação entre a linha divisória do estilo de vida e os progressos no desenvolvimento sustentável foram identificadas. São elas:

- *Redução da pobreza.* A comunidade internacional estabeleceu a meta de reduzir pela metade a proporção da população mundial (atualmente 22%) que sobrevive com menos de um dólar por dia até o ano 2015. Para a maioria pobre, o cotidiano está muito mais ligado às condições do meio ambiente do que para os mais abastados – um ambiente saudável e produtivo é um dos poucos trampolins para sair da pobreza. Enquanto milhões permanecerem pobres e o meio ambiente ficar de fora das principais tendências de elaboração de políticas, o desenvolvimento sustentável continuará sendo um ideal inatingível.
- *Redução do consumo excessivo dos mais ricos.* Enquanto os 20% mais ricos da população mundial continuarem responsáveis por 86% do total dos gastos com consumo individual, é improvável que se atinja um desenvolvimento sustentável. Ilhas de riqueza em um mar de pobreza aumentam as tensões e superexploram os recursos.
- *Melhoria da gestão pública* tornou-se uma questão fundamental, não apenas nos âmbitos

institucional e nacional, mas também no global, onde as disparidades entre o Norte e o Sul geralmente inflamam conflitos e intransigência na negociação de políticas rumo a uma gestão ambiental eficiente.

- *Financiamento adequado* para programas ambientais é um fator essencial. A implementação insatisfatória da *Agenda 21* tem sido atribuída à falta de recursos adequados, e a inércia pode arruinar gradativamente este projeto para um futuro sustentável.
- *Eliminação da dívida*, especialmente a dos Países Pobres Muito Endividados, é também um fator importante em um mundo onde a quantidade de moeda estrangeira utilizada pelas nações devedoras para repagar suas dívidas é maior do que a quantidade que elas ganham. Geralmente, o endividamento leva à superexploração ambiental. Enquanto essa situação se mantiver, é improvável que muitas nações devedoras atinjam o desenvolvimento sustentável.

Muitos processos complexos – sociais, econômicos e ambientais – estão em jogo no que se refere aos grandes impactos sobre as pessoas como consequência de mudanças ambientais. A vulnerabilidade humana é citada no Capítulo 3, que destaca que todos estamos sujeitos, de uma forma ou de outra, a mudanças ambientais. A grande diferença está na capacidade de enfrentá-las e na habilidade de recuperar-se, e essa diferença significa que a população pobre é geralmente mais frágil. Essa diferença de vulnerabilidade vem destruindo pouco a pouco o desenvolvimento sustentável. A vulnerabilidade humana às mudanças ambientais envolve a qualidade do meio ambiente, ameaças a esse ambiente e as diferentes estratégias individuais e comunitárias, independente de localidade, país ou região, para enfrentá-las. Acabar com a diferença de vulnerabilidade representaria um enorme impacto no bem-estar e na segurança de milhões de pessoas.

Reduzir e eliminar a pobreza são ações intrinsecamente ligadas à boa gestão ambiental, que inclui questões como propriedade e direitos de uso, provisão de serviços básicos à proteção do patrimônio ambiental, infra-estrutura adequada e financiamentos para atividades ambientais e de desenvolvimento. Uma atitude positiva seria se os doadores dessem apoio direto às iniciativas comunitárias, principalmente àquelas voltadas para atividades de desenvolvimento sustentável, por meio de fundos acessíveis a grupos de baixa renda, desfavorecidos e vulneráveis.

É necessário que os indivíduos e as nações mais ricas do mundo reduzam seus níveis de consumo. A prosperidade está intimamente ligada à capacidade de enfrentar os problemas ambientais, mas ao mesmo tempo é uma das forças motrizes do consumo excessivo, o qual é a causa de problemas de grande repercussão. Preocupações econômicas e políticas paralisam as tentativas de mudança dos padrões de consumo por meio de novas políticas e instrumentos políticos. As pessoas envolvidas precisam entender que reduzir seus níveis de consumo não irá restringir ou prejudicar sua qualidade de vida; na realidade, pode até ter o efeito contrário. Há provas suficientes disso, porém ainda não foram empreendidos esforços coordenados para que essa mensagem chegue aos ouvidos certos. A mudança de mentalidade deve estar em harmonia com o aumento da aceitação da responsabilidade por impactos ambientais e sociais e com a criação de uma ética do consumidor.

A provisão de recursos financeiros não é suficiente se não houver capacitação adequada. A capacitação desejada, e, mais importante, a mobilização e a retenção dessa capacitação a fim de evitar a evasão intelectual são necessárias para uma gestão ambiental e uma participação popular mais eficazes. É especialmente importante garantir que essa capacitação seja uma experiência compartilhada, e não imposta de cima para baixo, ou do Norte para o Sul. Com maior capacitação, as regiões desenvolvidas poderão lidar melhor com mudanças e desastres ambientais, que aumentam sua vulnerabilidade.

A seguir estão alguns desafios adicionais que os legisladores de todos os níveis terão de enfrentar durante as próximas décadas:

- Várias pessoas, principalmente em países em desenvolvimento, tanto em áreas rurais como em urbanas, ainda não têm acesso a água limpa e saneamento adequado, boa qualidade do ar em espaços abertos e fechados, energia não poluente e gestão dos resíduos. Isso continua a provocar a degradação dos patrimônios naturais, más condições de saúde e vulnerabilidade às ameaças ambientais.
- Ainda existem disputas sem solução sobre a posse e a gestão dos recursos de propriedade comum (como água, ar, terra, florestas e oceanos).
- Entre as questões ambientais bastante complexas que ainda não foram tratadas, estão a prevalência cada vez maior de substâncias tóxicas persistentes, manejo perigoso, abandono e descarga de detritos químicos e perigosos, fon-

tes difusas de poluição, gestão de sistemas de rios transfronteiriços e cursos de águas compartilhados e acúmulo excessiva de nitrogênio.

- As mudanças climáticas causarão danos inevitáveis a médio e a longo prazo (em ilhas e áreas costeiras baixas e em ecossistemas áridos e semi-áridos; maior escala e na intensidade de desastres ambientais). Os países em desenvolvimento, especialmente os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, são os menos capazes de se adaptar a eventos causados por mudanças climáticas e, no entanto, são os que mais têm possibilidades de serem afetados por elas.
- O impacto ambiental global (pegada ecológica) do mundo desenvolvido e de comunidades prósperas em outras regiões é maior do que o impacto das populações pobres nos países em desenvolvimento, porém o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional nestes irão provavelmente agravar os impactos ambientais de forma drástica.

O papel da informação

A informação é a base do desenvolvimento sustentável e é fundamental para o êxito de planejamentos e tomada de decisões. Decisões tomadas sem informações e dados confiáveis não passam de conjecturas e provavelmente estarão erradas. Há uma gama de dados econômicos e sociais disponíveis, relativamente confiáveis e de fácil compreensão. No caso dos dados e informações ambientais, contudo, a situação é diferente. Informações de alta qualidade, abrangentes e adequadas são raras, e encontrar a informação “correta” pode apresentar um problema: a obtenção dos dados é mais difícil e mais cara. Também é difícil encontrar indicadores que compreendam e reflitam a complexidade do meio ambiente e da vulnerabilidade humana às mudanças ambientais. A aquisição de dados ambientais ainda é uma necessidade básica em todos os países.

Apesar dos problemas, um consenso científico baseado nos dados e conhecimentos mais acessíveis – ainda que por vezes parciais e limitados – se mostrou uma arma poderosa para atrair a atenção internacional às questões ambientais e motivar ações. Houve grandes progressos na pesquisa e no monitoramento ambientais, mas é importante que esses esforços sejam mantidos e aperfeiçoados para garantir um fluxo confiável e adequado de informa-

ções. Parte dessas informações deve alertar com antecedência sobre desastres e questões emergentes, assim como sobre os fatores relativos à vulnerabilidade humana em face da mudança ambiental.

O fornecimento de informações será beneficiado com:

- Sistemas de monitoramento e observação estruturados e consolidados, incluindo satélites globais para coletar dados adequados e confiáveis sobre componentes ambientais, com uso de unidades harmonizadas de medidas e termos.
- Um sistema eficiente e mundialmente aceito de informações ambientais, apoiado por um conjunto harmonizado de dados, indicadores e índices, integrado a sistemas de informações socioeconômicas para fornecer informações básicas que auxiliem o processo de tomada de decisões.
- Maximização do uso da Internet como uma ferramenta barata e eficaz para troca de informações em todo o mundo.
- Estabelecimento de indicadores e índices que capturem a sustentabilidade das tendências ambientais assim como das tendências da vulnerabilidade humana em relação às mudanças ambientais.
- Instrumentos para a criação de uma base de conhecimentos acessível aos responsáveis pela formulação de políticas ambientais e pela tomada de decisões.
- Apresentação de dados e informações complexas de uma forma fácil e compreensível para os responsáveis pela tomada de decisões.

Mudar as políticas e fortalecer sua implementação

As opções de políticas que se apresentam a seguir, baseadas na experiência do PNUMA, na avaliação do *GEO-3* e em uma ampla consulta com especialistas e partes interessadas, oferecem um panorama atual sobre as iniciativas indispensáveis para estabelecer um andamento sustentável nos próximos trinta anos e além desse prazo. São necessárias ações em muitos níveis. As sugestões que se seguem podem ser aplicadas em vários níveis ou em níveis específicos e servem como uma lista de controle das seleções apropriadas a serem feitas. A necessidade principal na elaboração de políticas é adotar um enfoque equilibrado no que diz respeito ao desenvolvimento sus-

tentável, dando valor e força proporcionais a todos os três pilares. Do ponto de vista ambiental, isso significa dar prioridade ao meio ambiente, tirando-o da margem e trazendo-o para o centro do desenvolvimento. Como fazê-lo?

Repensar as instituições

Originalmente, muitas instituições ambientais foram estabelecidas em condições diferentes das atuais e com o objetivo de desempenhar funções que não se assemelham às que hoje se espera delas. Agora, elas precisam se adaptar a novos papéis e parcerias, especialmente devido ao desenvolvimento de níveis de ação múltiplos e consolidados, desde a esfera global até a local, e dividir suas responsabilidades com a sociedade civil. Apesar dos crescentes desafios ambientais, muitas instituições são limitadas pela carência de recursos humanos e financeiros, o que restringe sua eficiência. Essas questões são evidentes que precisam ser tratadas, para que as instituições possam cumprir com suas obrigações atuais e enfrentar as novas questões ambientais.

Recomendações

- Reformar, aprimorar e fortalecer as instituições ambientais existentes. As reformas devem ser direcionadas para a criação de flexibilidade, adaptabilidade e adequada capacitação.
- Reforçar os elos entre as esferas global e local e garantir que a implementação e a capacitação sejam repassadas às autoridades locais sempre que possível.
- Racionalizar a gama de mandatos relativos ao meio ambiente entre as muitas organizações internacionais e convenções, a fim de evitar superposição, duplicação, delegação ineficiente de responsabilidades e dificuldades de compartilhamento de informações.
- Promover sinergias entre as instituições públicas, grupos de reflexão e o setor privado, para facilitar a troca de idéias, capacitação e habilidades.

Fortalecer o ciclo de políticas

As mais bem-sucedidas abordagens de gestão ambiental baseiam-se em políticas que incorporam uma gama de princípios testados e aprovados. Os processos de elaboração de políticas para o meio ambiente necessitam de rigor para que se tornem mais minuciosos, sistemáticos e integrados, de modo a resultarem em políticas sob medida para locais e situações específicas. Isso implica um melhor entendimento das consequências ambientais dos processos de tomada de decisões, melhores informações sobre a qualidade da gestão ambiental, a identificação de prioridades, o estabelecimento de objetivos, metas e prazos e o desenvolvimento de ferramentas para monitorar o sucesso e avaliar os resultados.

A elaboração de políticas ambientais é um processo dinâmico e repetitivo, que engloba a avaliação dos problemas e opções, o estabelecimento de metas e a elaboração de políticas, seguidas de implementação, monitoramento, revisão, avaliação, reavaliação regular e ajustes. Sem o ciclo completo, não é possível determinar se as políticas terão o efeito desejado nem fazer ajustes conscientes. Políticas ambientais eficazes fazem parte das políticas fundamentais e devem ser incorporadas a todos os setores políticos e níveis de governo, especialmente à esfera econômica da tomada de decisões. Planos nacionais eficazes e estratégias de sustentabilidade reúnem o governo, a sociedade civil e o setor privado e adotam diversas iniciativas, tais como agendas “verdes” e “marrons” e as melhores práticas específicas de cada país. Atingir isso significa mudar o foco da política, que, em vez de centrado na proteção ambiental, passa a ser voltado para um conceito mais amplo de gestão de recursos sustentáveis.

Sugestões para ação

Melhorar o monitoramento do desempenho das políticas

Na esfera internacional:

- Apoiar a Global Reporting Initiative (GRI) e incentivar mais países a aderirem
- Apoiar os esforços internacionais para melhorar o cumprimento de MEAs e fortalecer as competências para elaborar regimes nacionais de cumprimentos eficientes
- Fortalecer o diálogo regular entre a comunidade internacional e a sociedade civil por meio de um fórum aberto, para discutir questões relevantes de políticas ambientais, compartilhar idéias e propor recomendações

Na sociedade civil:

- Fortalecer o monitoramento já existente sobre a vontade e o desempenho político, continuar a conscientizar a todos a respeito das preocupações ambientais e agir como “fiscal” do setor privado, dos governos e das organizações internacionais
- Incentivar as responsabilidades individuais e restaurar o elo entre as pessoas e o desenvolvimento de políticas
- Apoiar as iniciativas do setor privado que dizem respeito aos padrões de desempenho e a relatórios ambientais, como a divulgação voluntária dos progressos para evitar a contaminação, proteger os bens ambientais e promover o desenvolvimento sustentável

Proporcionar um marco político internacional

A fragmentação, duplicação ou superposição dos Acordos Ambientais Multilaterais (*Multilateral Environmental Agreements* – MEAs) refletem a maneira gradativa como cada problema vem sendo resolvido. Os governos não conseguem administrar tantas reuniões e pedidos de relatórios. Os níveis de cumprimento são, quando muito, variáveis. A longo prazo, uma abordagem diferente voltada para a elaboração de um conjunto coerente de leis ambientais internacionais será necessária; ao mesmo tempo, iniciativas a curto prazo podem ajudar o sistema a funcionar de modo mais eficaz.

Sugestões para ação

Fortalecer a legislação ambiental internacional e seu cumprimento

- Aumentar a troca de informações para fomentar a coordenação entre acordos relacionados entre si
- Realizar reuniões conjuntas das conferências das Partes ou dos órgãos científicos consultivos dos respectivos MEAs, tais como os de mudanças climáticas e ozônio
- Estabelecer sistemas financeiros conjuntos que envolvam as várias disposições dos MEAs e integrem secretarias regionais, com vistas a agrupar os MEAs em um sistema uniforme
- Revitalizar mecanismos globais e regionais dos MEAs que tenham sido benéficos no passado, mas que foram abandonados
- Estimular ONGs, grupos de ação e organizações regionais e internacionais a promover convenções entre seus participantes e transformá-las efetivamente em políticas
- Conferir poderes ao PNUMA para fortalecer a coordenação de MEAs
- Estabelecer um sistema nacional de relatórios sobre as convenções internacionais e facilitar sua proximidade com as políticas e os programas nacionais
- Elaborar regras, procedimentos e regimes de monitoramento transparentes para exame e revisão dos compromissos, mediação de conflitos e oferta de assessoria técnica, científica e econômica a quem solicitar
- Atribuir responsabilidades comuns, porém diferenciadas, sob a garantia de acordos ambientais, segundo os quais os países mais ricos têm responsabilidades maiores de ação que os países mais pobres
- Permitir que as instituições internacionais e regionais lidem com contenciosos ambientais e estimulá-las a aplicar sanções contra as partes não cumpridoras, a fim de fortalecer a eficácia dos acordos internacionais
- Estabelecer procedimentos não-vinculantes transparentes e factíveis, de acordo com MEAs existentes

Usar o comércio em nome do desenvolvimento sustentável

As barreiras comerciais do Ocidente sufocam a capacidade de crescimento econômico e de financiamento dos gastos com o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento. Os padrões mundiais de comércio e a crescente globalização podem ameaçar o meio ambiente, mas também podem apresentar mecanismos e incentivos ao desenvolvimento sustentável. O mercado aberto oferece novas oportunidades de fluxo de capital, tecnologia e mão-de-obra em benefício dos países em desenvolvimento. No entanto, o risco da liberalização do comércio é subestimar as políticas ambientais e criar focos de poluição, a menos que se estabeleçam instrumentos adequados de verificação.

Portanto, é necessária alguma forma de comércio sustentável. Define-se comércio sustentável como uma troca internacional de bens e serviços que resulta em benefícios sociais, econômicos e ambientais, refletindo o critério essencial de desenvolvimento sustentável. A harmonização de comércio, meio ambiente e desenvolvimento depende de três fatores críticos:

- a necessidade de transparência;
- a necessidade de equidade e imparcialidade – principalmente para que países ou partes interessadas historicamente excluídas das oportunidades comerciais possam usufruir de seus benefícios; e
- a necessidade de garantir que benefícios sociais e ambientais ofereçam um valor duradouro para países em desenvolvimento no que diz respeito à capacidade de inovação no futuro.

Sugestões para ação

Mudar os padrões comerciais em nome do meio ambiente

- Conduzir pesquisas sobre tópicos como:
 - os impactos da liberalização do comércio sobre o bem-estar humano e o meio ambiente
 - os efeitos do comércio ambiental e socialmente sustentável sobre as comunidades e o meio ambiente
- Basear-se nas lições de experiências anteriores, tais como as adquiridas desde 1994 pela Comissão Norte-Americana para Cooperação Ambiental, que implementa os acordos ambientais incluídos no NAFTA
- Reforçar a ênfase do desenvolvimento sustentável nas políticas comerciais
- Elaborar diretrizes para as agências de crédito à exportação

Aproveitar a tecnologia em benefício do meio ambiente

Novas e promissoras tecnologias podem ajudar a garantir bens e serviços básicos, principalmente para a população pobre dos países em desenvolvimento, apesar de ainda serem objeto de interesses comerciais nos países desenvolvidos. Tecnologias ambientais que utilizam água e energia (energia eólica e solar, células a combustível), reciclagem, biotecnologia e agricultura ecológica oferecem grande potencial. É preciso encontrar maneiras de capitalizar essas inovações, transferir as tecnologias a custos razoáveis aos que precisam e usá-las no desenvolvimento de novas tecnologias. Os países em desenvolvimento devem se tornar “parceiros no processo” da tecnologia em vez de “parceiros nos produtos” da tecnologia.

Apesar do grande potencial de ganhos ambientais e sociais advindos da nova tecnologia, ainda há determinados riscos que precisam ser resolvidos. O desafio é encontrar metodologias e competências para avaliar esses riscos, estabelecer “regras de conduta” e facilitar a transferência. Deve-se levar em conta uma abordagem preventiva, o princípio do “poluidor-pagador”, divulgação de informações completas e transparência em relação aos riscos, avaliação do impacto tecnológico e uma análise do custo-benefício da adoção da tecnologia.

Transferência de tecnologia: lições do Protocolo de Montreal

A transferência de tecnologia tem sido eficazmente executada por meio do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal. Análises de estudos de caso demonstram que:

- A transferência de tecnologia é um esforço conjunto: requer cooperação ativa, parcerias e sinergia entre todas as partes envolvidas
- O processo não pode acontecer isoladamente e requer um ambiente favorável, com medidas tomadas pelo governo e indústria por meio de um equilíbrio adequado de incentivos e barreiras
- A transferência de tecnologia deve ser consistente com os programas nacionais
- O planejamento de projetos deve ser abrangente e guiado pelas condições, exigências e capacidades locais das empresas receptoras
- As forças do mercado desempenham um papel fundamental em afetar ou facilitar o processo de transferência de tecnologia
- Novas tecnologias devem complementar as tecnologias nativas quando possível
- Treinamento é fundamental
- A conscientização do público acarreta o seu apoio
- É necessária a apresentação clara de diretrizes políticas

Há várias maneiras de se fazer isso:

- criação de incentivos utilizando os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC);
- concessão de preferência aos países em desenvolvimento e às comunidades mais necessitadas na transferência de tecnologia; e
- investimento em tecnologias alternativas, relevantes e mais seguras, combinando os conhecimentos tradicionais e nativos com ciência de ponta.

Executar políticas e pacotes a favor do meio ambiente

A base principal de uma política ambiental é a legislação, porém outras opções se encontram disponíveis. Os pacotes políticos mais eficazes e apropriados abrangem uma série de ferramentas e instrumentos políticos diferentes.

Valorizar bens e serviços ambientais

Quando se atribui valor econômico a bens e serviços ambientais em vez de considerá-los gratuitos, entende-se o imenso valor desse patrimônio que sustenta o bem-estar e a segurança humanos. Esse valor é proporcionalmente maior para a subsistência, a capacidade de sobrevivência e o poder de recuperação das comunidades mais pobres e marginalizadas. Uma forma de se ampliar o perfil do meio ambiente na arena política nacional é valorizá-lo. Já houveram várias tentativas de desenvolver métodos para se atribuir valores monetários aos bens e serviços ambientais e aos impactos ambientais na atividade econômica, mas tais métodos ainda carecem de maior desenvolvimento e de validação.

Sugestões para ação

Valorizar o meio ambiente

- Aprimorar e apurar os métodos de cálculo do valor econômico dos bens e serviços ambientais e dos impactos ambientais na atividade econômica
- Avaliar os custos e benefícios ambientais em todos os setores da economia, afim de incorporar, como prática comum, o fator ambiental à contabilidade local e nacional e em nível empresarial
- Apoiar e incentivar as pessoas envolvidas em cursos de Educação e Economia a incluir em seu currículo ferramentas e métodos de responsabilidade ambiental
- Considerar os custos e benefícios ambientais no desenvolvimento de políticas

Fazer com que o mercado atue em favor do meio ambiente

Existe uma grande quantidade de instrumentos que podem fazer o mercado atuar em favor do meio ambiente, como sistemas de licenças comerciais, eliminação de barreiras comerciais e subsídios governamentais prejudiciais ao meio ambiente, apoio à criação de empresas ambientais, criação de mercados para serviços ambientais, incentivo a políticas transparentes e reutilização de receitas fiscais. No contexto certo, os instrumentos do mercado são freqüentemente mais eficazes que medidas de comando e controle. Além

Sugestões para ação

Fazer o mercado agir em nome do desenvolvimento sustentável

- Promover políticas que combinem instrumentos de mercado com medidas de controle e comando tradicionais, tais como a internalização dos custos ambientais, a introdução de impostos ambientais e a eliminação de subsídios perversos
- Firmar parcerias entre o governo, a indústria e outros, para modelar os mercados para os bens e serviços ambientais, usando ferramentas como legislação, incentivos, mecanismos de mercado e outros métodos de influenciar o mercado e o comportamento do consumidor
- Analisar e corrigir as imperfeições do mercado, incluindo a diminuição dos subsídios que permitem que os preços sejam artificialmente mantidos abaixo dos custos de produção e a redução do uso de recursos como combustível, agrotóxicos, água e eletricidade
- Desenvolver mais e melhores incentivos para capitalizar sobre situações favoráveis, nas quais tanto a economia quanto o meio ambiente possam se beneficiar, tais como:
 - aumentar os benefícios das comunidades a partir dos mercados ambientais (por exemplo, comércio legal)
 - introduzir uma política pública transparente para revelar os responsáveis pela poluição, mediante, por exemplo, registros públicos de emissão e transferência de contaminantes, por meio dos quais as indústrias relatem suas emissões no ar, na água e no solo
- Promover o papel cada vez mais catalítico e cooperativo (e não regulamentador) dos governos e estimular uma melhor coordenação entre as decisões relativas ao comércio internacional e as políticas ambientais
- Levar bens e serviços “verdes” ao mercado
- Tomar medidas ativas para estimular o consumo e as práticas de produção sustentáveis
- Oferecer incentivos para produção e inovação ecologicamente eficientes (mais limpas)

disso, sua flexibilidade estimula inovações no setor privado, o que políticas vinculantes não fazem. Entretanto, o mercado não tem muita competência para lidar com metas de longo prazo e com a incerteza que caracterizam alguns problemas ambientais.

Iniciativas voluntárias

Deve-se prestar mais atenção ao aproveitamento do potencial de ações voluntárias, sejam individuais ou empresariais. As iniciativas voluntárias são cada vez mais reconhecidas pelo setor privado como uma forma de contribuir para a agenda ambiental e ser considerado como “verde”. Na esfera individual, a ação voluntária é a base para muitas formas de comportamentos responsáveis em relação ao meio ambiente.

Sugestões para ação

Outras ações voluntárias

- Incentivar a adoção de iniciativas voluntárias, como:
 - compromissos de empresas em atingir metas ambientais adicionais
 - códigos de conduta para associações de indústrias referentes à responsabilidade ambiental
 - metas de desempenho ambiental acordadas entre o governo e uma empresa ou setor
 - contratos obrigatórios
- Apoiar iniciativas voluntárias de ONGs, como:
 - campanhas de reciclagem e limpeza do meio ambiente
 - plantio de árvores
 - restauração de áreas degradadas

Monitoramento do desempenho das políticas

Em geral, os governos são bons em adotar declarações e planos de ação, mas não conseguem implementá-los. A falta de vontade política, implementação, aplicação e cumprimento requerem medidas urgentes. Processos abertos de monitoramento de desempenho são praticamente inexistentes, e não está claro quem, em que esfera de governo, é responsável por eles. As ONGs têm um papel essencial na crítica independente em âmbito nacional, ao chamar a atenção para as falhas e para o fraco desempenho das políticas. Há de se reconhecer seu papel construtivo na transparência e na eficácia do sistema.

Alterar e distribuir papéis e responsabilidades

A interação criativa de pessoas e pequenos grupos muitas vezes apresenta soluções eficientes para a condução de situações variadas e complicadas. A reação e a adaptabilidade locais são importantes. Essa abordagem pode se aplicar a uma variedade de escalas e tem conseqüências importantes para a gestão ambiental, o que sugere a necessidade de novas formas de distribuição de papéis e responsabilidades.

A transferência de certas responsabilidades por meio de subsídios e descentralização é uma nova e eficaz forma de garantir desenvolvimento e implementação mais oportunos das políticas. A responsabilidade por muitos aspectos de saúde e segurança ambientais e sociais cabe às esferas locais e municipais, nas quais a ação é crucial para reduzir a pobreza, melhorar o meio ambiente local e alertar com antecedência sobre questões atuais ou potenciais de importância nacional e internacional. A eficácia na delegação de tais poderes depende da natureza dos sistemas de gestão participativa do manejo ambiental, com a identificação de todas as partes interessadas e a garantia de que elas estejam “na mesa de negocia-

ções”. Principalmente em países em desenvolvimento, oferecer maior participação na tomada de decisões acerca do uso do meio ambiente e dos recursos e convencer todas as partes interessadas de que elas podem fazer a diferença, irão diminuir suspeitas mútuas e permitirão que os grupos mais importantes participem igualmente da gestão do meio ambiente.

Ação local

A forma bem-sucedida com que os princípios da *Agenda 21* foram adotados, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, é um grande incentivo à descentralização. No entanto, a descentralização no nível municipal nem sempre melhora a eficácia das políticas, especialmente em países de baixa e média renda. Isso se deve a:

- deficiências na democracia local;
- superposição de responsabilidades entre autoridades diferentes;
- controle dos recursos pelas esferas mais altas de governo, incluindo a capacidade de incrementar as receitas; e
- baixa capacidade técnica e institucional local, afetada pela ineficiência da administração local.

Medidas locais são muito importantes na luta contra a pobreza. Como demonstrado no Capítulo 4, os resultados mais desejados, em vez de ignorar, envolveram as pessoas e as comunidades, às quais deve-se possibilitar a participação em todo o processo de tomada de decisões que afetem o acesso e a gestão de bens e serviços ambientais comuns. Para que isso aconteça, é necessária a presença de instituições democráticas fortes.

Sugestões para ação

Gestão participativa

- Desenvolver parcerias estratégicas entre governos, comunidades, setor privado e ONGs, principalmente para atividades de consultoria, implementação e financiamento, com atribuição de responsabilidades aos membros claramente definidas
- Oferecer incentivos e oportunidades à indústria e ao setor privado para que possam contribuir mais com o desenvolvimento e a implementação de programas de desenvolvimento sustentável
- Outorgar à sociedade civil um papel mais central na gestão ambiental e eliminar barreiras sistemáticas à participação, principalmente de mulheres, povos indígenas e jovens, e dar mais atenção ao conhecimento e às estratégias nativas
- Aprimorar os mecanismos institucionais de participação de partes interessadas da sociedade civil e do setor privado
- Conceder legitimidade institucional às práticas comunitárias de gestão de recursos, ao tornar as comunidades parte de uma estrutura nacional legal e regulatória
- Dar às pessoas uma participação mais clara no meio ambiente, mediante medidas legais e regulatórias que definam e reconheçam a propriedade individual e comunitária e os direitos de posse
- Atribuir responsabilidade comuns, porém diferenciadas, a todos os envolvidos

Como fortalecer a ação local

- Integrar a *Agenda 21* local às políticas urbanas, respeitando sua natureza consultiva e participativa
- Criar consciência, entre o público em geral, de propriedade do meio ambiente local (rural ou urbano) e de seus vínculos com o meio ambiente global
- Criar oportunidades de envolvimento público na tomada de decisão de questões locais e apoiar os direitos comunitários de possuir e zelar pela terra em que seus cidadãos habitam e pelos recursos que utilizam

Ação regional

Os níveis regionais de desenvolvimento de políticas ambientais também são importantes e requerem o fortalecimento de órgãos, iniciativas, institutos e alianças regionais. O fortalecimento dos níveis regionais cria a capacidade de alcançar políticas bem-sucedidas em uma escala apropriada para muitos processos e ameaças ambientais. Na cadeia interligada de níveis locais e mundiais, os blocos regionais estão se tornando muito importantes, novos blocos estão sendo criados e iniciativas antigas estão sendo reimplementadas. Falta ainda uma maior atenção ao desenvolvimento de políticas ambientais regionais, com uma definição clara das responsabilidades das instituições locais, nacionais, regionais e mundiais.

Ação mundial

Existe um grupo crescente de partes interessadas mundiais, como organizações intergovernamentais, corporações multinacionais e ONGs internacionais. As ONGs ambientais estão cada vez mais envolvidas na gestão ambiental internacional, inclusive na implementação de atividades dentro do Fundo para o Meio Ambiente Mundial, do Banco Mundial e de bancos de desenvolvimento regionais. Essa experiência deveria se estender tanto aos diálogos entre várias partes em negociações internacionais como à implementação de programas internacionais.